

# Fogaça mantém quatro anos em seu relatório

Josemar Gonçalves

O relator da Subcomissão do Poder Executivo, José Fogaça, manteve em seu relatório, apresentado ontem no final da tarde, a duração de quatro anos para o mandato de presidente da República, estabelecendo a data da eleição em 15 de novembro de 1988.

Fogaça fez, porém, uma alteração: marcou para o período entre 23 de julho e sete de agosto de 1988 as convenções partidárias que indicarão os candidatos à Presidência.

"Isto impede a deflagração da sucessão desde agora. Faltando 15 meses para as convenções, a campanha deverá iniciar entre março e abril, com a Constituição já promulgada", justificou Fogaça.

O relatório deverá ser votado até domingo. O relator previa grande número de obstruções, tendo em vista que foram apresentadas 305 emendas. Nem todas foram acolhidas. É o caso da proposta do deputado Expedito Machado, que previa um gabinete especial com o presidente da República podendo nomear os seis ministros militares.

## Emenda

Antes mesmo que a Constituinte tenha começado a formular os primeiros esboços da nova Constituição, o senador Leite Chaves (PMDB-PR), acompanhado das assinaturas de 60 senadores e 340 deputados, apresentou ontem à Mesa do Congresso Nacional a primeira proposta de emenda à Constituição este ano, propondo o sistema parlamentarista misto de governo e mantendo o mandato de seis anos para o presidente José Sarney.

## Ulysses reafirma a preferência

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reafirmou ontem sua preferência pelo presidencialismo como melhor forma de governo para o país, ao abrir a sessão no último dia do seminário sobre parlamentarismo e presidencialismo, promovido pelo Ministério da Administração. Destacou, entretanto, que o país deve adotar o que classificou de temperos parlamentaristas de forma a proporcionar ao legislativo maiores poderes.

"Entendo que o Brasil está preparado para iniciativas do Estado que sejam contemporâneas, mesmo que sejam formas de adaptação", afirmou Ulysses Guimarães, explicando que, atualmente, há uma excessiva tendência a procurar a solução de todos os problemas na figura do presidente José Sarney. Citando os Estados Unidos, "cujo sistema presidencialista foi importado pelo Brasil", afirmou que naquele país o Congresso é suficientemente forte, o que não ocorre no



Relator mudou data da convenção

O presidente do Senado, Humberto Lucena, recebeu a emenda e informou que vai examinar com a Secretaria da Mesa em que colocação a proposta de alteração da atual Constituição ficará para a leitura e formação da Comissão Mista que vai examinar a instituição do sistema parlamentar misto de governo e a sua possível aplicação pelos estados e municípios. A emenda precisará do apoio de líderes partidários para tramitar em regime de urgência.

A proposta de Leite Chaves foi baseada nas conclusões apresentadas pela Comissão de Estudos Constitucionais dirigida por Afonso Arinos.

regime brasileiro, onde o poder sempre foi submetido ao Executivo.

De qualquer forma, Ulysses frisou ser fundamental o debate e a reciclagem de informações sobre o assunto, através da experiência trazida por cientistas políticos de outros países. "Afinal, disse ele, a discussão sobre o regime de governo a ser adotado no país se constituiu no coração da Constituinte, no seu motor principal". Lembrando que a decisão ficará por conta da Constituinte, o presidente brincou, dizendo não ser teimoso e que, por isso mesmo, acatará as tendências do seu partido.

Além de Ulysses Guimarães, participou do seminário o presidente do Tribunal Constitucional de Portugal, Armando Marques Guedes, que defendeu o sistema misto de governo. A seu ver, o sistema permite uma correlação de funções de chefe de estado, de governo e parlamento, de modo que o Executivo ora tenha o apoio do presidente, ora do parlamento.

# General nega golpe mas vê dificuldades

Salvador — Ao fazer ontem à tarde uma visita de cortesia ao governador da Bahia, Waldir Pires, o general Luiz Pires Ururahy Neto, comandante militar do Nordeste, admitiu que «os militares estão preocupados com a situação do país, principalmente com as dificuldades econômicas que a nação atravessa», mas acrescentou que «mantém esperanças de que toda a nação unida saberá vencer esses problemas».

Segundo ele, o problema do país é basicamente econômico, com reflexos na área social e na política, mas, afirmou, «as saídas para a crise devem ser ditadas pelos economistas e pelos políticos».

Apesar de admitir as dificuldades, Ururahy Neto disse considerar «inteiramente afastada» qualquer hipótese de uma retomada do poder civil pelos militares, afirmando que os boatos insistentemente difundidos sobre essa hipótese são frutos do trabalho de «elementos extremados e radicais», os quais, porém, não apontou.

— Os militares estão cumprindo seu papel de defender a segurança externa do país e de manter a ordem pública —, disse ele, manifestando ainda esperança de que essas funções das Forças Armadas sejam mantidas pela futura Constituição.

Ururahy Neto evitou muito falar sobre política e especialmente sobre a duração do mandato do presidente Sarney. «Esta não é uma atribuição dos militares que aceitarão o que for decidido pelo povo brasileiro», disse ele.

O general Ururahy Neto, que serve em Recife, onde está a sede do IV Exército, disse que mantém uma ótima convivência com o governador Miguel Arraes, pois considera que «o passado acabou e que todos devemos agora pensar no futuro».

— Em 64, os militares foram obrigados a intervir, respaldando uma vontade popular, mas agora a situação é bem diferente — concluiu.

# José Costa é contra extinção do Supremo

O presidente da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público da Assembléia Nacional Constituinte, deputado José Costa (PMDB-AL), quer a manutenção do Supremo Tribunal Federal e a preservação do sistema difuso de controle de constitucionalidade com a figura do juiz de primeiro grau como guardião da Constituição. A proposta de José Costa contraria o anteprojeto elaborado pelo relator da subcomissão, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que extingue o STF e cria o Tribunal Constitucional.

Segundo o parlamentar, a experiência das cortes constitucionais na Itália, Alemanha, Espanha e Portugal não são animadoras e não aconselham a implantação deste sistema no Brasil. Costa acata, em sua proposta, a opinião do Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, que defende o sistema difuso de controle da Constituição, cujo modelo foi desenvolvido no Brasil.

O presidente da Subcomissão do Poder Judiciário justifica ainda a experiência de quase um século do STF. O que cabe à Constituinte — afirmou — é ajustar a estrutura do Supremo e a sua competência aos superiores interesses do País.

Também o deputado Costa Ferreira (PFL-MA) defendeu com firmeza a manutenção do Supremo Tribunal, salientando que ele já é uma Corte Constitucional por excelência e não precisa importar modelos de outros países. Ferreira é favorável ao sistema difuso de controle de Constituição.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Márcio Thomaz Bastos, no entanto, persiste na defesa da Corte Constitucional, ele considera essencial a criação da corte como instrumento de preservação da própria lei maior da nação. Outro ponto abordado por Thomaz Bastos e que não está inserido no anteprojeto de Plínio de Arruda Sampaio, é o controle externo do poder judiciário por órgão do poder legislativo, o fim das sessões secretas e decisões imotivadas.

# Procuradores também repudiam a proposta

Em nota emitida ontem, a Associação Nacional dos Procuradores da República protesta contra o parecer da Subcomissão do Poder Judiciário e Ministério Público, da Constituinte, que retira do Ministério Público Federal a representação judicial da União. A nota alerta a nação para as consequências negativas da retirada dessa prerrogativa do Ministério Público, cuja isenção a entidade procura simbolizar na atuação do procurador Pedro Jorge de Melo, assassinado em Pernambuco, quando apurava o chamado "Escândalo da Mandioca".

O presidente da Associação, procurador Alvaro Augusto Costa, afirma acreditar na boa fé do relator de subcomissão, deputado Plínio de Arruda Sampaio, do PT, mas sustenta que os interesses da União poderão ser gravemente abalados caso sua defesa seja transferida a um pretendido quadro de "Advogados da União", objeto de uma emenda do deputado fluminense Adolfo de Oliveira, do PL.

Segundo a nota, a isenção do Ministério Público poderia ser substituída "pela voracidade insaciável do complexo burocrático, exacerbada pelos percentuais de participação, a título de honorários, na cobrança da dívida ativa". A manifestação dos procuradores foi entregue à noite passada às lideranças partidárias por uma comissão de dirigentes da Associação.

# Sistematização avalia normas de trabalho

Na reunião de ontem da Comissão de Sistematização, no plenário do Senado Federal, o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) deu seu parecer sobre as quase 100 emendas oferecidas ao seu substitutivo ao projeto de resolução, de autoria do deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), que estabelece normas de trabalho para a comissão.

O relator ressaltou o trabalho de todos os integrantes da comissão, agradecendo os que apresentaram emendas e os que fizeram sugestões e contribuíram para aperfeiçoar o elenco de normas de trabalho. Elogiou o projeto de resolução do deputado Antônio Carlos Konder Reis, que facilitou sua própria tarefa de organizar um roteiro de trabalho para a comissão. Konder Reis, a propósito, observou que o grande volume de emendas oferecidas à proposta revela a necessidade desse roteiro para a execução dos trabalhos em boa ordem.

Para a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), a aprovação de uma proposta sua, relativa às «emendas populares», irá facilitar muito o trabalho da Constituinte, pela simplificação introduzida. De acordo com a proposta, «sempre que a emenda popular coincidir, nos seus objetivos e nas suas definições, com emenda de igual teor, apresentada nos relatórios das subcomissões ou por constituintes, a emenda popular será considerada como verificada e, nos termos do art. 17, parágrafo 1º, um de seus signatários poderá discuti-la e debatê-la».

# Reforma agrária deve aprovar texto original

A Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária deverá aprovar, neste final de semana, o anteprojeto original que estabelece as normas para a Reforma Agrária na nova Constituição. O relator da subcomissão, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), afastou a possibilidade de que seja aprovado o projeto alternativo encaminhado pelo grupo conservador.

Cálculos feitos por Oswaldo Lima indicam que o anteprojeto original conta com o apoio ostensivo de 13 parlamentares da subcomissão, contra um total de 12 constituintes que "fecham" com o substitutivo.

O deputado Oswaldo Lima observou que o projeto substitutivo "pretende retirar o artigo que classifica a terra como uma obrigação social". Esta definição, conforme disse o parlamentar, garante um grande avanço da futura Constituição numa comparação com a atual porque abre a possibilidade de desapropriação de qualquer área considerada de interesse social.

Mas o que o relator considera pior na proposição dos conservadores é o posicionamento contrário à fixação de qualquer limite na propriedade. Dessa forma, pela proposta alternativa uma única pessoa poderia ter imóvel rural com um ou dois milhões de hectares, desde que possuísse capacidade financeira para cuidar de um negócio desse tamanho.

Outra questão que divide conservadores e progressistas na Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária é o processo da desapropriação. No entendimento dos conservadores, toda desapropriação deveria antes ser dis-

cutida na justiça. Para Oswaldo Lima Filho, se essa proposta fosse aprovada não haveria nunca reforma agrária no Brasil porque a justiça demora dois anos para resolver cada caso.

Oswaldo Lima Filho defende também o projeto original porque acha que somente através da Reforma Agrária o país poderá solucionar os conflitos de terra causados "por uma situação dramaticamente desigual". Citando dados recentemente divulgados pelo Inbra, o parlamentar lembrou que as 162 maiores propriedades rurais do país somam 36,5 milhões de hectares. Alguns desses imóveis tem extensão superior a um milhão de hectares, e um deles — pertencente à empresa Manarsa —, possui uma propriedade na Amazônia superior a quatro milhões de hectares.

Os treze parlamentares que votam a favor do projeto elaborado por Oswaldo Lima Filho são: Raquel Capiberibe (PMDB-AP), Benedito Monteiro (PMDB-PA), Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), Fernando Santana (PCB-BA), Irma Passoni (PT-SP), Santino Furtado (PMDB-PR), Ivo Maionardi (PMDB-RS), Vicente Bogo (PMDB-RS), Aldo Arantes (PC do B-GO), Walter Pereira (PMDB-MS), Percival Muniz (PMDB-MT), Mário de Oliveira (PMDB-MG) e Amaury Muller (PDT-RS). Os parlamentares que lideram a corrente contrária ao projeto da Reforma Agrária são os seguintes: Alysson Paulinelli (PFL-MG), Rosa Prata (PMDB-MG), José Egreja (PTB-SP), Jorge Viana (PMDB-BA) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

# Ensino superior gratuito é tendência predominante

Manter a obrigatoriedade do ensino de primeiro grau gratuito, e manter a gratuidade do ensino superior federal são algumas das tendências que poderão ser confirmadas pela Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, que encerra hoje a discussão e apreciação das emendas nos anteprojeto apresentados. As predominantias deverão estar definidas até domingo, juntamente com o relatório.

A possível receita alcançada pelas universidades federais, resultante da cobrança de anuidades, seria insignificante em relação ao vulto do orçamento necessário para manter tais instituições. A opinião é do senador João Calmon (PMDB/ES), relator da subcomissão, que defende, ainda, a destinação de verbas públicas para as universidades particulares como forma de garantir a continuidade do ensino universitário e pesquisa a 250 mil alunos que, por diversas razões, não têm acesso às instituições do governo.

manutenção de ensino gratuito em todos os níveis, mas tudo dependerá de uma revisão em propostas formuladas nesse sentido.

Se as universidades federais precisarem de maiores verbas e as particulares desejarem ser contempladas com significativos recursos, as receitas resultantes de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino terão que ser maiores que os percentuais atuais de 13 por cento (área federal) e 25 por cento (estaduais e municipais). E veto nesse sentido foi dado pelo relator da Subcomissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE).

Embora acredite na deficiência do ensino em todos os níveis, o deputado Bezerra Coelho vê prioridades também em outros setores que não podem ser adiadas, como o social e o de segurança. Nas propostas apresentadas pelos constituintes, os percentuais variam de 11 até 30 por cento os recursos destinados à educação a serem fixados na Carta Magna.